

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL

São Paulo, 4 de novembro de 2009.

À Diretoria Colegiada do SINDIUPES, Sindicato dos(as)  
Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo.

Prezados Professores Membros da Diretoria Colegiada do  
SINDIUPES.

Escrevo- lhes na qualidade de Presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC), fundada há dezoito anos, com sede atual em Campinas, São Paulo e também representando um expressivo grupo de psicólogos behavioristas do Espírito Santo, professores de instituição privada e pública federal de ensino, motivados a questionar os sérios equívocos e julgamentos inapropriados apresentados em relação ao Behaviorismo, por esta entidade, na notícia pública sobre o Bônus Desempenho do Magistério divulgado pelo governo do Estado no site do SINDIUPES. Gostaríamos, ainda, de tornar esta ocasião oportuna para esclarecimentos e debates sobre nossa importante e atualíssima abordagem comportamental (behaviorista).

A ABPMC é um grande fórum científico e profissional de reunião e discussão da abordagem behaviorista no Brasil, solidamente instalado, tendo em seu banco de dados 4000 nomes de pessoas interessadas na abordagem comportamental e com um quadro atual de sócios de 1800 pessoas, reunindo pesquisadores, profissionais, professores e alunos envolvidos com a prática e com a produção de conhecimento na abordagem behaviorista, também conhecida como abordagem comportamental (Análise do Comportamento). Dentre eles, há inúmeros sócios que atuam na rede pública de ensino, estadual ou federal, contribuindo para a compreensão dos complexos processos de ensinar e aprender, além de pesquisadores e terapeutas. No Espírito Santo, por exemplo, sabedores que somos das condições de saúde dos servidores da Saúde no Estado, contribuímos, dentre outros projetos, na melhoria de tais condições no programa de extensão universitária behaviorista (Projeto GAM – Grupo de Apoio a Mulheres) junto a

mulheres do Sistema Único de Saúde, cuja avaliação mostra a sensível melhora na qualidade de vida das servidoras estaduais atendidas, muitas com depressão grave, que se arrastava após mais de uma tentativa de suicídio (parte do trabalho está em “A saúde do trabalhador da saúde: o que isso tem a ver com o usuário do SUS?”, publicado em 2008, na coletânea “A Produção da Psicologia Social no ES: memórias, interfaces e compromissos”, e que denuncia a organização do trabalho no SUS como potencialmente danosa à saúde do trabalhador).

Nesse sentido, vimos esclarecer, em primeiro lugar, que a Análise do Comportamento ou abordagem behaviorista não é uma política, tal como apregoa a notícia no site do sindicato, mas, sobretudo, uma abordagem científica da Psicologia, fundamentada em pesquisas, com o objetivo último de colaborar com o bem estar do ser humano e com a transformação social. E, por isso, como ciência, apresenta suas necessárias implicações sociais, sendo fortemente comprometida com a eliminação de práticas segregadoras (racistas, sexistas ou de outros tipos) e de exclusão educacional, especialmente de crianças com distúrbios graves de desenvolvimento. Há inúmeros estudos nacionais e internacionais demonstrando tais aplicações e no próprio estado do Espírito Santo temos a publicação de um artigo, em capítulo de livro, analisando os movimentos sociais sob a ótica behaviorista (do professor da UFES e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Elizeu Borloti, em 2004). Assim, é extremamente injusto e revelador de aparente desconhecimento configurar o behaviorismo como segregatório, tendo em vista as inúmeras inserções behavioristas em projetos sociais.

Além destes equívocos e julgamentos infundados, há ainda o fato de que, erroneamente, sua notícia veiculada ao site considera o behaviorismo retrógrado, exibindo, mais uma vez, uma inaceitável inferência do que se faça nas práticas behavioristas (em Análise do Comportamento) em Educação, seja no Brasil, seja no mundo. Inaceitável porque, reiteramos, há um considerável volume de trabalhos publicados em grandes periódicos científicos, nacionais e internacionais, bem como livros (periódicos tais como o Journal of Applied Behavior Analysis, Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, Revista Brasileira de Análise do Comportamento, Coleção "Sobre Comportamento e Cognição", apenas para citar alguns), demonstrando a sustentabilidade científica e a eficácia dos programas comportamentais em escolas públicas e privadas, sejam programas que atuam com professores, aprimorando

os planejamentos de ensino e processos de ensino, tanto para alunos que apresentem desenvolvimento típico, como para alunos com transtornos graves do desenvolvimento. Mesmo uma breve leitura de nossos trabalhos revelaria, rapidamente, a amplitude e o alcance social das questões por nós abordadas, bem como o profundo respeito que demonstramos, em cada trabalho, à individualidade, singularidade e inclusão de cada ser humano, além do caráter extremamente atual e moderno de nossos programas e atuações. O bem conhecido Sistema Individualizado de Ensino, proposto pelo behaviorista Fred Keller está bem vivo agora em sua versão informatizada e *on line*.

Portanto, o conteúdo da notícia veiculada no site do SINDIUPES desconsidera o fato de que os Analistas de Comportamento brasileiros, ou seja, os behavioristas, estão na linha de frente do desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, destacando-se, entre outras áreas de atuação, o trabalho com professores e alunos, bem como a historicidade da Psicologia como fundamento da Educação e do ensino-aprendizagem, processo básico estudado pelos behavioristas.

Finalmente, no centro da questão apresentada na notícia do sindicato, há um outro equívoco, talvez o maior: adjetivar o Bônus Desempenho do Magistério como behaviorista. Tecnicamente falando é completamente incorreto, pois Skinner, o principal behaviorista, disse que o reforço positivo é mais efetivo do que a punição para mudar e estabelecer comportamentos. Portanto, se o governo estabelece punição, como se diz estar baseado o Bônus, ele fere este princípio behaviorista primordial.

Quanto ao uso da “recompensa”, prática essa também criticada no pronunciamento e atribuída ao Behaviorismo, vemos, uma vez mais, equívocos e desconhecimentos: a origem e prática da denominada “recompensa” não são, obviamente, behavioristas. O que o Behaviorismo fez foi estudar empiricamente seus efeitos (incluindo os emocionais, advindos dos esquemas de reforçamento exploratórios que geram doenças ocupacionais) e relativizá-los muito bem à história de um indivíduo e de uma cultura.

Digamos, como alega implicitamente o governo, que o Bônus objetive aumentar a frequência de um tipo de comportamento entre os professores da rede pública estadual. Depois de discutido com os envolvidos sobre porque esse tipo de comportamento deveria ser mais frequente, a Análise do Comportamento diria que usar reforço positivo é a maneira mais eficaz de garantir isto. Entretanto, reforço monetário é apenas um tipo de conseqüência ao comportamento desejado. Há

outros reforços, que chamamos de participação, atenção especial e tempo, muitos deles tão reivindicados pelo movimento sindical que seus dirigentes e os membros da sua base até poderiam ser chamados de behavioristas: solicitação de opiniões e idéias, intervalo extra, oportunidade de formação e voz ativa em decisões, citando só alguns. Até dentre os monetários, há reforços reivindicados de um modo behaviorista pelos sindicatos dos trabalhadores da Educação: computadores e outras tecnologias educacionais, bolsas de estudo e pagamento por licença-saúde e serviços de segurança, por exemplo (sabemos disto não apenas como behavioristas, mas também como professores sindicalizados).

Isto sem falar que há reforço intrínseco a um comportamento, e que define a naturalidade e a criatividade de qualquer fazer humano. No caso do estudar, por exemplo, todo educador quer que o comportamento do seu educando fique sob controle do reforço natural do estudar: obtenção do conhecimento e prazer de aprender. A visão do reforço como “compensação”, do pronunciamento do sindicato, é simplista e não condiz com o que o behaviorista pensa sobre “A Escola do Futuro” (Skinner, 1989). A visão behaviorista da escola e do papel do professor é semelhante à visão sindical em muitos aspectos, incluindo a crítica à escola como sendo muito punitiva ao aluno; e o sistema educacional, ao professor. Tudo isto deve ser considerado em uma análise comportamental de uma política pública, como mostram alguns trabalhos behavioristas com práticas culturais, incluindo as educacionais.

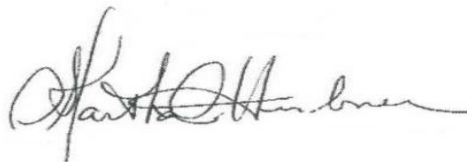
Concordamos com esta Diretoria Colegiada quando questiona o (mal) uso da punição pelos governos. As razões sindicais de suas críticas ao governo são, evidentemente, razões behavioristas. Em termos técnicos, a eficácia da punição, se é que ela será usada no Bônus como alegado pelos Senhores, deveria considerar os dois principais pontos nas pautas de reivindicações, digamos, behavioristas, dos sindicatos: 1) a implementação das condições que favoreceriam o comportamento desejado entre os professores (melhores escolas, equipamentos, condições de formação continuada, etc.; e não o reforço monetário do bônus) e 2) a minimização das condições que favorecem o comportamento a ser punido (dentre elas, infelizmente, o grave problema da má formação dos professores).

Sendo assim, solicito-lhes que, pelo respeito que a abordagem behaviorista adquiriu no Brasil e no mundo e pelo respeito à diversidade de pensamento, o sindicato faça uma retratação pública no próprio site (e em outros meios nos quais equívocos semelhantes ao

Behaviorismo tenham sido ou possam ser veiculados) em relação às ofensas que ferem esta abordagem científica de sólida história e de reconhecidas contribuições sociais para o desenvolvimento pleno da Psicologia e da Educação no país e no exterior. Tais ofensas são inconcebíveis em um diálogo entre professores (além de presidente da referida associação, ABPMC, sou também professora do Departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, onde desenvolvo pesquisas e programas de inclusão social de crianças com atrasos no desenvolvimento, além de assessorar escolas na análise da relação professor- aluno).

O grupo de psicólogos behavioristas do Espírito Santo, aqui representados, vem também realizando um trabalho exaustivo e competente junto à Universidade e à comunidade, tal como o mencionado no início desta carta.

Afora este sério problema de equívoco na descrição da abordagem behaviorista, que precisa ser urgentemente corrigido, reiteramos nossa boa vontade em participar de debates sobre o Behaviorismo na Educação e nos Movimentos Sociais e nos colocamos à disposição para futuros contatos.



**Profa. Dra. Maria Martha Costa Hübner**  
**Presidente da ABPMC**  
**2008 a 2011**